



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

30 de novembro de 2018

Diário Catarinense Gestão de Valor "SC no Oscar das Startups"

SC no Oscar das Startups / Startup Awards 2018 / Santa Catarina / Associação Brasileira de Startups / ABStartups / Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo / São Paulo / Universidade Federal de Santa Catarina / TI / UFSC / Fundação Certi / Celta / Incubadora de empresas

SEXTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2018

DIÁRIO CATARINENSE 14

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



SC NO OSCAR DAS STARTUPS

ESTADO tem nove finalistas ao Startup Awards 2018, importante prêmio do segmento. Vencedores serão conhecidos hoje

JANINE ALVES

Das 10 categorias que concorrem ao Startup Awards 2018, Santa Catarina é destaque com a indicação de 9 finalistas. Realizada anualmente pela Associação Brasileira de Startups (ABStartups), a premiação visa o reconhecimento de pessoas, instituições e projetos ligados relevantes para as empresas nascentes no Brasil. O resultado final será anunciado hoje, durante a Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo, em São Paulo.

A Associação Catarinense de Tecnologia - Acate pela primeira vez está entre as finalistas na categoria "Hub de Inovação" e Darwin Startups, aceleradora de startups que reúne uma equipe de profissionais, empresas e mentores de peso - na sede da Acate - para apoiar e investir em de empresas que trazem conceitos inovadores, concorre na categoria "Aceleradora". A Acate entra no hall da fama na mesma categoria que o Sebrae Nacional, considerado um dos atores mais fortes do ecossistema de startups no Brasil, e aqui no Estado a Instituição é uma das principais parceiras da Associação, o que evidencia a cooperação como marca registrada do setor de tecnologia.

O Sebrae de Santa Catarina também é destaque outros três finalistas em três categorias: Rafael Assunção, mentor do projeto Startup SC concorre a "Mentor do Ano", Alexandre Souza, gestor do projeto Startup SC, concorre na categoria "Herói do Ano" e o projeto Startup SC com a indicação na categoria "Comunidade". Esse é o reconhecimento do Projeto que em 2018 expandiu as atividades para Joinville, realizou ações que impactaram em 30 startups, 110 empreendedores e cerca 6 mil pessoas.

Alexandre Souza, finalista a Herói do Ano, disse que já estava feliz em entre os top 10, uma fase de indicação livre e sem uma listagem prévia de nomes. Foram mais de 20 mil pessoas votando, e ser lembrado em SC foi especial.

- Ficar entre os top 3 é outra emoção, já que neste caso foi a academia da ABStartups que me selecionou entre os top 10 - e fazem parte desta academia pessoas de todo o país. Isso é o reconhecimento do trabalho que executamos no Sebrae, através do projeto StartupSC, mas estou ainda mais feliz de ter várias iniciativas do ecossistema de Santa Catarina concorrendo. Das 10 categorias teremos 9 representantes na final e isso mostra a força do nosso ecossistema - completou Souza.

Rodrigo Lóssio, Diretor e fundador da Dialleto, empresa de assessoria de imprensa e inbound marketing especializada no segmento de tecnologia, concorre ao prêmio pela quarta vez consecutiva. Em 2015 e 2016 a Dialleto foi premiada como empresa de comunicação, em 2017 Lóssio, indi-

cado como profissional individual, ficou entre os "top 3" da categoria profissional de imprensa. E em 2018, está novamente entre os três melhores. Para Lóssio, essa premiação "é muito importante para a visibilidade do nosso ecossistema perante os outros. Nós ganhamos muita relevância na forma em que Santa Catarina e Florianópolis tem se organizado como um ecossistema de fato, com uma academia forte, entidades e representantes que ajudam a representar esse mercado, a Acate, o Sebrae, a Fundação Certi, e empreendedores que já prosperaram como a Resultados Digitais e como a Softplan e as startups que estão surgindo".

A Softplan, empresa com 28 anos de história e uma das pioneiras do ecossistema catarinense de inovação, foi indicada ao prêmio na categoria "Corporate" em razão de suas iniciativas de Corporate Venture, tendência mundial que oferece vantagens competitivas tanto para startups quanto para grandes empresas. A Decora/CreativeDrive desfila pelo tapete vermelho entre as top 3 na categoria "Startup do Ano" com um bem sucedido case de rápida valorização e alcance ao mercado mundial. A Decora alçou voo ao ser vendida para a empresa Americana CreativeDrive, por mais de 100 milhões de dólares e ainda manter na sociedade seus fundadores.

A Universidade Federal de Santa Catarina concorre na categoria Universidade. É o reconhecimento pelo estímulo ao desenvolvimento do setor de TI no Estado, trabalho que começou na década de 1980, tempo em que as startups eram chamadas de empresas de base tecnológica. Desde então a UFSC se constitui no celeiro de talentos e motor de ideias inovadoras que encontram força no apoio oferecido pela Fundação Certi, do Celta, incubadora de empresas referência para a América Latina.

COMO OS VENCEDORES SÃO ESCOLHIDOS

A votação dos escolhidos se divide em três etapas: a 1ª etapa é indicação aberta do público. Essa etapa durou do dia 28 de setembro a 19 de outubro. Dentre as 10 categorias avaliadas, o público poderia indicar qualquer nome que atendesse ao requisito de cada categoria. Esta primeira fase teve mais de 22 mil indicações. Apenas os membros da Academia ABStartups votam. Cada membro indica um nome, dentre os 10 mais indicados pelo público, que deveria vencer cada categoria. Por fim, a 3ª fase se dá novamente por meio de votos da Academia. Dessa vez, os três mais votados de cada categoria disputam entre si. E mais uma vez os membros votam, escolhendo entre os três mais votados na etapa dois.

OS FINALISTAS CATARINENSES

PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO:

Rodrigo Lóssio (Dialleto)

HUB DE INOVAÇÃO:

ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia)

ACELERADORA:

Darwin Startups

MENTOR:

Rafael Assunção (mentor do projeto Startup SC do Sebrae/SC)

HERÓI DO ANO:

Alexandre Souza (gestor do projeto Startup SC do Sebrae/SC)

CORPORATE:

Softplan

UNIVERSIDADE:

UFSC

STARTUP DO ANO:

Decora / CreativeDrive

COMUNIDADE:

Startup SC

Inscrições para os webinars do Gestão de Valor começam neste sábado

Você busca inspirações que vão além para a sua startup? Então participe dos webinars do Gestão de Valor. Serão dois encontros online, nos dias 5 e 6 de dezembro, às 16h, que abordarão a importância da inclusão feminina no ecossistema de startups e a sustentabilidade financeira dos empreendimentos. Entre os convidados, estão a presidente da Câmara de Tecnologia e Informação do Sistema Fecomércio SC, Jamile Sabatini, a CEO da Automatiza Laser Solutions, Joana de Jesus, a vice-presidente da Nanovetore, Betina Ramos, o CEO da Infravias, Aloisio Pereira, o Founder da Escola do Financeiro, Rodrigo Ventura, e o Founder da Geekhunter, Tomás Ferrari.



As inscrições podem ser realizadas a partir de amanhã no link: bit.ly/webinarsgestao

Capa e Plural "Vai ter arte"

Vai ter arte / Maratona Cultural de Florianópolis / Paula Borges / Instituto Maratona Cultural / O Pequeno Príncipe / Teatro da UFSC



Plural 18. NOTÍCIAS DO DIA FLORIANÓPOLIS, SEXTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Vai ter arte

Neste final de semana, Maratona Cultural de Florianópolis reúne mais de 100 atrações pela cidade

Um dos eventos mais importantes do calendário cultural acontece neste final de semana: a sexta edição da Maratona Cultural de Florianópolis, que terá entrada gratuita em toda a programação. A ideia é viver a cidade com entretenimento e cultura.

A produção do evento aposta em múltiplas linguagens artísticas para atrair um público cada vez mais eclético, de diferentes faixas etárias com os equipamentos existentes na cidade. "Pensamos em uma programação que garanta o acesso à cultura e ao entretenimento, e sobretudo fazendo com que a população tenha contato com o que é produzido em nosso Estado, ocupando espaços públicos e resgatando em cada um a vontade de viver culturalmente a cidade", destaca Paula Borges, presidente do Instituto Maratona Cultural.

A programação contempla quatro áreas: dança, música, teatro e artes visuais e um total de 113 apresentações/sessões que serão distribuídas em 36 endereços da cidade em dois dias de evento. Destaque especial para o teatro de rua e o circuito de galerias. Nos dois dias do evento será montada uma arena de teatro em frente à Catedral Metropolitana de Florianópolis. Os espetáculos "Julia", do Cirquinho do Revirado, e "Para Contar Estrelas", do grupo Cirandela, ambos de Curitiba, se apresentem no local.

No parte musical do evento, a Escadaria do Rosário receberá shows como Cores de Aidê, DJ Catarina e Banda Mulamba (Curitiba), no sábado. Já no domingo (2), o reggae será o ritmo predominante com os shows de Rinoceronte Negro, O Mundo Analógico, Congah e Dazaranha.



Escadaria do Rosário volta a ser palco da música no evento

Programa para a criançada

Novidade da programação 2018 é o "Circuito Off Maratona", que são eventos parceiros e possuem cobrança de ingressos, como uma encenação de "O pequeno príncipe" que acontece no Teatro da UFSC e o festival Freedom Music Festival, no Stage Music Park.

Um dos propósitos da Maratona Cultural é também formar novos apreciadores e consumidores de cultura da cidade. Neste ano, as crianças ganham um espaço exclusivo na rua Padre Miguelinho, no Centro. Nos dois dias de evento haverá programação vol-

tada para as crianças das 10h às 19h com destaques para cinema, contação de histórias, bibliotecas e espetáculos teatrais.

A programação, é integralmente gratuita, com exceção dos eventos listados no "Circuito Off". Nos locais fechados e que possuem indicação de lotação, os ingressos serão distribuídos uma hora antes do início das apresentações.

A Maratona Cultural de Florianópolis é viabilizada por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e a realização é do Instituto Maratona Cultural.

Onde maratona?

Locais que recebem o evento (por bairros):

CENTRO

- Escadaria do Rosário (R. Mat. Cuiabá, 60)
- Largo da Catedral (R. Padre Miguelinho, 32)
- Palácio Cruz e Sousa (R. Ten. Silveira, 60)
- Mercado Público (R. Jerônimo Coelho, 60)
- Casa Vermelha Centro Cultural (R. Conselheiro Mafra, 590)
- Praça XV (Praça XV de Novembro, S/N)
- Galeria Municipal de Arte Pedro Paulo Vecchietti (Praça XV de Novembro, 180)
- Casa do Teatro Armazém (Praça Quinze de Novembro, 344)
- Fundação Cultural BADESC (R. Visc. de Ouro Preto, 216)
- Espaço Cultural BRDE (Av. Hercílio Luz, 67)

- Museu da Marinha - (Rua Antônio (Nico) Luz, 260)
- Teatro da LIBRO (R. Pedro Soares, 15)
- Museu da Escola Catarinense/MESC (Rua Saldanha Marinho, 196)
- Trilha (R. Nunes Machado, 104)
- Talleyrn Rock Bar (R. Victor Meirelles, 112)
- Cantos do Noel (R. Tiradentes, 186)
- Espaço Cultural do Terminal Rita Maria (Av. Paulo Fontes, 1101)
- Mercado Tiradentes (R. Tiradentes)
- A Galeria (Rua Tiradentes, 153)

TRINDADE / AGRONÔMICA / ITACORUBI

- Coletivo NACASA (R. José Francisco Dias Anes, 359/ Trindade)
- CIC - Centro Integrado de Cultura (Av. Gov. Irineu Bornhausen, 5600 - Agronômica)
- UFSC - MACA (R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade)
- CEART/UFSC (Av. Me. Benvenuta, 1907 Itacorubi)
- Jardim Botânico de Florianópolis (Ação do Sítio) (Rod. Admar Gonzaga, 742-782 - Itacorubi)

LAGOA DA CONCEIÇÃO

- O Sítio (R. Francisca Luísa Vieira, 53)
- Casa das Máquinas (R. Henrique Veras do Nascimento, 82)

Cooperbarcos

JOÃO PAULO / SC-401 / SAMBAQUI / SANTO ANTÔNIO DE LISBOA / JUREBÉ

- Célula Showcase (Rodovia João Paulo, 75 - Saco Grande)
- Floripa Shopping (SC-401, 3116)
- Passelo Primavera (SC-401, km 4, 4150)
- Paradigma Cine Arte - Corporate Park (SC-401, 8600 - 2 - Santo Antônio de Lisboa)
- Espaço Cultural Armazém - COLETIVO ELZA - (Rua Gilson da Costa Xavier, 1384 - Sambaqui)
- Nau Catarineta - Rua Cônego Serpa, n. 30, Santo Antônio de Lisboa
- Stage Music Park - Rodovia Maurício Sirotsky Sobrinho, 1050

Notícias do Dia

Capa e Cidade

“Rejeitada denúncia contra reitor”

Rejeitada denúncia contra reitor / Ubaldo Cesar Balthazar / Chefe de Gabinete / Áureo Mafra de Moraes / PF / Polícia Federal / Érika Mialik Marena / Delegada / Denúncia / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Injúria / Operação Ouvidos Moucos / MPF / Ministério Público Federal

Denúncia rejeitada

O reitor da UFSC, Ubaldo Balthazar, e o chefe de gabinete, Áureo Moraes, obtiveram nova vitória no caso do protesto contra delegada da PF. PÁGINA 4

Cidade

4.

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SEXTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Editor: RODRIGO LIMA
rodrigolima@noticiasdodia.com.br

Rejeitada denúncia contra reitor

Ubaldo Balthazar e seu chefe de gabinete foram acusados de suposto crime contra delegada da PF

FÁBIO BISPO
fabiobispo@noticiasdodia.com.br

A 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina manteve decisão que rejeitou denúncia contra o reitor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Ubaldo Cesar Balthazar, e o chefe de gabinete da Reitoria, Áureo Mafra de Moraes, por suposto crime de injúria cometido contra a delegada federal Erika Mialik Marena, que comandou a investigação que deflagrou a Operação Ouvidos Moucos, em setembro de 2017. Segundo a denúncia do MPF (Ministério Público Federal), durante cerimônia realizada em 18 de dezembro de 2017, no hall da Reitoria da universidade, o reitor e o chefe de gabinete teriam permitido que manifestantes não identificados ofendessem, com a colocação de faixas, a honra funcional subjetiva da delegada.

Uma gravação de quase três minutos que registrou o evento, incluindo duas pequenas entrevistas de Moraes, mostra faixas com os dizeres “Não ao abuso de poder” e pequenos cartazes onde se lê “Universidade rima com verdade e liberdade. Quem

matou o reitor?”. Outros cartazes exibiam fotos de Erika, da juíza Janaina Cassol, que decretou a prisão do então reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, e do procurador da República André Bertuol, responsável pela operação no MPF, com os dizeres: “Agentes públicos que praticaram abuso de poder contra a UFSC e que levou ao suicídio do reitor”.

A denúncia do MPF já havia sido rejeitada pela 1ª Vara Federal de Florianópolis. O relator do recurso, João Batista Lazzari, entendeu que “não se poderia exigir que o acusado Ubaldo retirasse ou determinasse a retirada das faixas em questão, sob pena de violar os preceitos constitucionais da liberdade de manifestação do pensamento e da autonomia universitária”. Lazzari também considerou que “também não se pode admitir que seja ilícito o fato de Áureo estar presente no recinto em que expostas as faixas, cuja confecção e exposição não lhe podem ser atribuídas”. Participaram do julgamento os juizes federais Gilson Jacobsen, presidente; João Batista Lazzari, relator, e Antônio Fernando Schenkel de Amaral e Silva. ●



Ubaldo Balthazar (à esq.), reitor da UFSC, e Áureo Moraes, chefe de gabinete da Reitoria

Delegada deflagrou a Operação Ouvidos Moucos

■ Erika Mialik Marena deflagrou a operação Ouvidos Moucos, da Polícia Federal, que apurou supostos desvios de recursos federais na universidade. A delegada participou da Lava Jato, em Curitiba, até fevereiro de 2017, quando se transferiu para Florianópolis. Ele ficou na Capital até dezembro de 2017, data em que foi promovida para superintendente regional de Sergipe. No dia 20 de novembro, Erika foi anunciada pelo ministro indicado Sérgio Moro para integrar o DRCI (Departamento de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Polícia Federal) no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

18

de dezembro de 2017 é a data em que a cerimônia foi realizada no hall da Reitoria

Região

“Serra do Tabuleiro mobiliza pesquisadores da UFSC”

Serra do Tabuleiro mobiliza pesquisadores da UFSC / Palhoça / Universidade Federal de Santa Catarina / Legislação / Parque Estadual da Serra do Tabuleiro / OJE / Observatório de Justiça Ecológica

PALHOÇA

Serra do Tabuleiro mobiliza pesquisadores da UFSC

Um grupo de pesquisa formado por professores e estudantes da UFSC, (Universidade Federal de Santa Catarina) tenta reverter a legislação que restringiu a proteção do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A Lei de 2009 possibilita a implantação de áreas industriais e a instalação de empreendimentos imobiliários de grande porte.

A área do parque está localizada nos municípios de Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí e Paulo Lopes. A região é rica em fauna e flora.

Os pesquisadores da UFSC ressaltam, entre outros pontos, a importância do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro como manancial hídrico, uma vez que a água que abastece toda a Grande Florianópolis e o Sul do Estado provém do Parque. A região desse manancial, entretanto, segundo eles, corre graves riscos desde quando foi desanexada do parque com a recategorização em 2009, realizada pelo Governo de Santa Catarina.

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado, por decreto, em novembro de 1975.



DIVULGAÇÃO/ACTIVAND

Parque é a maior unidade de conservação no território catarinense

Procuradora da República sobrevoou área

■ A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e o procurador-chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina, entregaram uma peça que contribui para a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) sobre a legislação estadual.

O texto da ADI argumenta que “as alterações promovidas pela lei estadual contribuem de maneira crucial para a degradação dos ecossistemas da região, porquanto efetuaram verdadeiro retalhamento e descaracterização da unidade de conservação de proteção integral, resultando em grave retrocesso de proteção ecológi-

ca e debilitação das áreas.

Raquel Dodge sobrevoou o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro para conhecer a realidade do parque, saber quais são as pressões que existem sobre ele, para poder se posicionar adequadamente perante o STF (Supremo Tribunal Federal).

O OJE (Observatório de Justiça Ecológica da Universidade Federal de Santa Catarina) representa, em defesa deste patrimônio comum, três associações civis, sendo duas de âmbito local e uma de âmbito nacional, o IA-RBMA (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica).

Diário Catarinense Comentários "Liberata"

Liberata / Escrava / Patrícia de Moraes Lima / Professora da Educação Infantil / CED / Programa de Pós em Educação / UFSC



COMENTÁRIOS

LIBERATA

Prezados, sou uma de milhares de pessoas que acompanhou o desenrolar da série histórica Liberata: a história de uma escrava em terras catarinenses. A série revela aspectos da história de resistência de uma negra escravizada, que ousou enfrentar a justiça pela sua liberdade. O trabalho realizado sob coordenação de Ângela Bastos e Ed Soul, ambos jornalistas, sem dúvida pode se tornar uma das principais referências para em

especial para a população negra, ao trazer outra perspectiva sobre o período de escravidão em SC. Contudo, o mesmo veículo que a produziu, também ignorou a importância do trabalho e de Liberata, pois, embora tenha produzido um caderno especial, o "Nós", com 16 páginas sobre a série, não ousou assumir Liberata como capa do jornal. E ao invés disso, privilegia uma matéria de duas páginas, que a meu ver, poderia ser capa em outro dia, afinal um guia de como aprovei-

tar a cidade ao ar livre, não possui nada de novo. Mas, por que então, Liberata não foi capa do DC? Fiquei com essa pergunta durante todo o final e semana. Não é paradoxal que se invista em desvelar a história de Liberata e que ela seja invisibilizada como capa? As perguntas tendem a se complexificar ainda mais e o racismo também.

PATRÍCIA DE MORAES LIMA

Professora da Área Educação Infantil/CED e do Programa de Pós em Educação da UFSC

Notícias do Dia Fabio Gadotti "Cruzeiro"

Cruzeiro / Alunos de Oceanografia / UFSC

Cruzeiro

Entre os dias 10 e 14, alunos de Oceanografia da UFSC farão um cruzeiro oceanográfico na plataforma continental catarinense, a bordo do Navio de Ensino Oceanográfico Ciências do Mar I. A embarcação foi financiada pelo Ministério da Educação para servir como laboratório de ensino flutuante nas universidades dos três Estados do Sul.

Notícias do Dia
Panorama
"Pesquisa"

Pesquisa / UFSC / Fecomércio / Parceria / Automóveis

Pesquisa

O núcleo de pesquisas da Fecomércio SC em parceria com o Senac/SC, UFSC e a Universidade de Ingolstadt, da Alemanha, está promovendo um levantamento em nível de mestrado sobre uma das grandes paixões de todo brasileiro: os automóveis. Respostas serão coletadas de forma anônima e farão parte de um estudo aprofundado do mercado consumidor brasileiro comparado com o alemão. A pesquisa pode ser respondida em <https://goo.gl/JVMd8H>

Diário Catarinense
Anderson Silva
"Arquivado"

Arquivado / Denúncia / MPF / Reitor / Ubaldo Cesar Balthazar / Chefe de Gabinete / Áureo Mafra de Moraes / Injúria / PF / Delegada / Érika Mialik Marena / Operação Ouvidos Moucos

ARQUIVADO

Os juízes federais da 3ª Turma Recursal de Santa Catarina decidiram ontem, por unanimidade, manter a sentença da 1ª Vara Federal que rejeitou a denúncia do MPF contra o reitor da UFSC, Ubaldo Balthazar, e o chefe de gabinete dele, Áureo Moraes, pelo crime de injúria contra a delegada da PF, Érika Marena, chefe da operação Ouvidos Moucos. Com isso, o processo será arquivado. Julgaram o caso os juízes federais Gilson Jacobsen, João Batista Lazzari, relator, e Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva. O próprio reitor esteve no julgamento de ontem acompanhado do chefe de gabinete.

Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Duas boas"

Duas boas / Centro de Cultura e Eventos / UFSC / Tom Cavalcante

DUAS BOAS

NO PRÓXIMO DIA 8, NO CENTRO DE EVENTOS DA UFSC, O SHOW SERÁ DE UM DOS MELHORES COMEDIANTES DO BRASIL, O CEARENSE TOM CAVALCANTE. JÁ NO DIA 22, NO TEATRO DO CIC, COMO CACAU JÁ ANTECIPOU EM PRIMEIRA MÃO, VAMOS TER O IRREVERENTE NEY MATOGROSSO COM O NOVO TRABALHO MUSICAL.

Reforma Trabalhista agride trabalhadores, sindicatos e justiça / Professor / José Antonio Martins / Departamento de Economia e Relações Internacionais / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Michel Temer / MDB / Presidente da República / CLT / Consolidação das Leis do Trabalho / Terceirização / IELA / Justiça do Trabalho

“Ponte para o Futuro”

“REFORMA TRABALHISTA” AGRIDE TRABALHADORES, SINDICATOS E JUSTIÇA

Rodrigo Neves
Jornalista

José Cruz / Agência Brasil



Protesto do movimento sindical contra a reforma trabalhista, em Brasília

A “reforma trabalhista” aprovada pelo governo Temer é o mais brutal ataque desferido contra os trabalhadores brasileiros neste século e enfraquece sindicatos, centrais e a Justiça do Trabalho. “A burguesia brasileira tenta, de forma anacrônica, integrar-se às cadeias produtivas globais, mas agora para se integrar vai ter de competir com as indústrias do Alabama. O salário brasileiro já está abaixo do chinês”, diz o professor José Antonio Martins (UFSC)

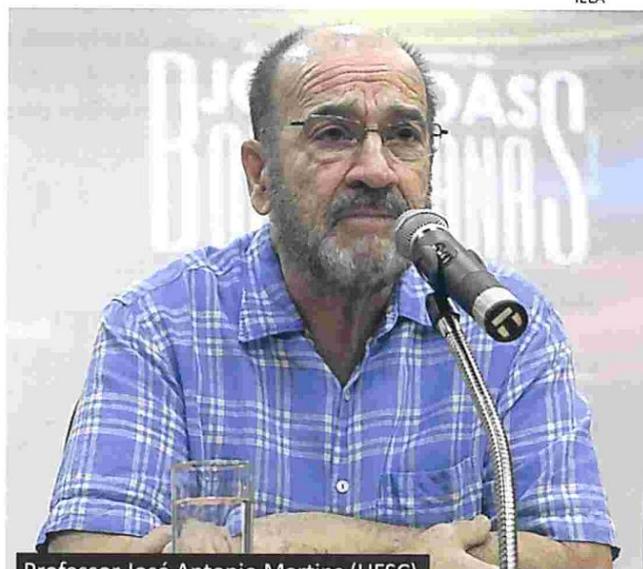
Implantada pela lei 13.467 de julho de 2017, a “reforma trabalhista” foi anunciada como a “modernização” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo precedida pela lei 13.429 de março de 2017, que ampliou a possibilidade de terceirização para as atividades-fim. Contudo, um ano e meio depois de sua aprovação a lei 13.467 ainda é objeto de fortes controvérsias entre acadêmicos do Direito e magistrados da Justiça do Trabalho, graças à inconstitucionalidade de vários de seus artigos, que descumprem inclusive normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A aprovação das leis foi justificada por seus proponentes como uma necessidade para superar a crise econômica brasileira. A promessa de que a reforma trabalhista aumentaria a geração de empregos formais foi reiterada repetidamente pela tríade composta pelo presidente político Michel Temer (MDB), pelo presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia (DEM) e pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles (MDB). A mesma promessa foi adotada por membros do Supremo Tribunal Federal (STF), como sua então presidenta Cármen Lúcia, que deram aval à terceirização irrestrita em agosto de 2018.

No entanto, segundo o IBGE, em março de 2018 o número de brasileiros com carteira assinada atingiu o menor patamar desde o início da série histórica, com apenas 32,9 milhões de empregos formais. Na opinião de José Antônio Martins, professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e editor do site *Crítica da Economia*, para entender os reais objetivos da reforma trabalhista de Temer é necessário ter em vista o cenário econômico mundial estabelecido desde a crise financeira de 2009.

“Desde o último período de crise aconteceu um movimento que eu chamo de um aprofundamento do exército industrial de reserva. Isso quer dizer que até 2009 predominou uma globalização apoiada principalmente na China, que era a referência de escravagismo salarial. Salário baixo era o chinês, mas a partir desta crise há um movimento de volta da globalização para dentro das áreas imperialistas centrais: EUA, União Europeia e Japão”, explicou o professor. “Você tem aquelas grandes empresas que tinham fábricas na China até 2009, como a Foxconn, e hoje elas estão voltando para os EUA”, exemplificou.

“A burguesia brasileira tenta, de forma extremamente anacrônica, se integrar às cadeias produtivas globais,



Professor José Antonio Martins (UFSC)

mas, agora, para se integrar vai ter de competir com as indústrias do Alabama. O salário do brasileiro já está abaixo do chinês, mas não é suficiente. Os capitalistas brasileiros têm a necessidade de aplicar um arrocho tão sanguinário que praticamente é impossível de realizar, porque terá que competir com México, Haiti, Índia, que hoje é a grande estrela do imperialismo, e outros países. Ou seja: o problema é que os trabalhadores brasileiros não têm mais gordura para cortar”.

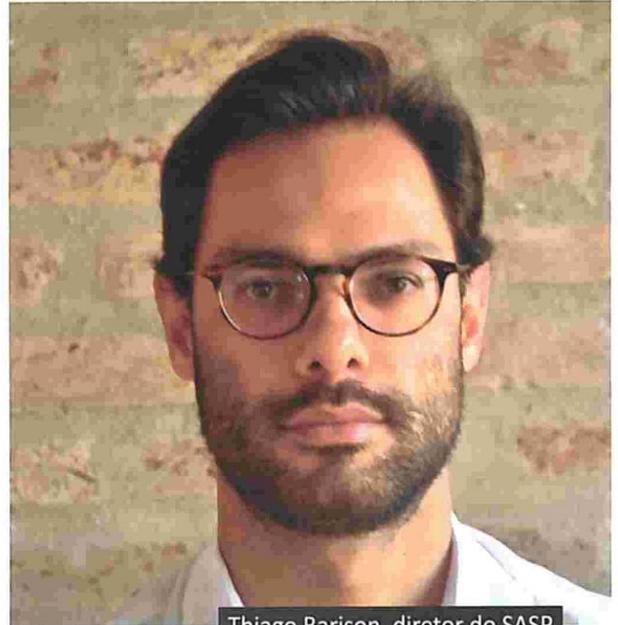
Assim, segundo Martins, a reforma trabalhista é o primeiro movimento do capitalismo brasileiro para se integrar nessas cadeias produtivas, mas elas não são mais as cadeias de 10 ou 12 anos atrás. “É praticamente impossível para o Brasil se integrar nas cadeias globais porque os países imperialistas hoje estão generalizando a extração de mais-valia absoluta em suas economias, e eles já têm a mais-valia relativa”, sustenta o professor, referindo-se ao aumento da exploração dos trabalhadores através da extensão das horas de trabalho (mais-valia absoluta), e através do aumento da produtividade graças a inovações tecnológicas (mais-valia relativa). “Os países imperialistas fazem uma combinação da mais-valia absoluta com a relativa, aliada ao aumento de gastos públicos, militares. Como o Trump está fazendo em seu novo orçamento e com a reforma tributária, que está explodindo o lucro das empresas. Ao mesmo tempo, o Trump retira a assistência, aumenta a miséria, mas realiza políticas anticíclicas.

Aqui no Brasil, não tem esse papo [de realizar políticas econômicas anticíclicas]. Os caras estão desesperados procurando se integrar. A reforma trabalhista é apenas um início para levar a classe trabalhadora brasileira para uma condição pior que a dos escravos”.

No momento atual, tendo em vista que o imposto sindical estava financiando o movimento popular contra as reformas, “o fim do imposto é um duro golpe político e o patronato bancou esta medida com fins políticos, para passar as reformas”, diz o advogado Thiago Barison

De fato, uma das consequências mais graves da lei 13.467 foi, por exemplo, a criação do contrato de trabalho intermitente, em que o empregado recebe por hora trabalhada e não usufrui de uma jornada de trabalho contínua, ou seja: trabalha a depender de convocação prévia do empregador, sem direito a receber durante o período de inatividade. O funcionário é, então, obrigado a vender sua força de trabalho para diversas empresas sem nenhuma garantia de receber o valor de um salário mínimo ao fim do mês. Na prática, é uma oportunidade para empresas trocarem seus atuais funcionários por outros em contrato intermitente, como já anunciado por companhias como a Riachuelo.

Por sua vez, a lei 13.429, que alterou a definição de contrato temporário de trabalho, abriu caminho para a utilização em maior escala de trabalhadores terceirizados, incluindo até mesmo as atividades-fim. A lei também ampliou o prazo de duração deste tipo de contrato de 90 para 180 dias, com possibilidade de ser estendido por mais 90 dias, além de permitir seu uso na administração pública e em zonas rurais. Foram, em suma, “novidades” que aceleraram o rebaixamento das condições de trabalho dos brasileiros.



Thiago Barison, diretor do SASP

A reforma, entretanto, não é nefasta apenas por seu efeito direto no rebaixamento salarial e na precarização dos contratos dos trabalhadores. Parte do retrocesso que ela provoca deve-se também aos ataques desferidos contra as organizações sindicais. Para o advogado trabalhista Thiago Barison, que é também diretor do Sindicato dos Advogados de São Paulo (SASP), uma das medidas mais graves é o fim do imposto sindical. Apesar de reconhecer que as centrais sindicais de esquerda sempre defenderam o fim do imposto, por atrelar os sindicatos ao Estado, Barison afirma que no momento atual, “tendo em vista que o imposto estava financiando o movimento popular contra as reformas, o fim do imposto é um duro golpe político e o patronato bancou esta medida com fins políticos, para passar as reformas”.

Outra agressão aos sindicatos foi a regulamentação de comissões de representação dos trabalhadores em empresas com mais de 200 trabalhadores. “A reforma trabalhista criou uma comissão e construiu um formato para ela que é para se contrapor ao sindicato. Primeiro, enfraquecendo os poderes do representante, que só poderá ser reconduzido uma vez. O que vai acontecer: se ele contrariar os interesses patronais, o que é óbvio no conflito capital-trabalho, ele poderá ser reconduzido e depois o patrão o manda embora”, explica o advogado. “Em segundo lugar, há uma disposição antissindical para isolar a comissão do sindicato”, afirma, citando um artigo da

lei que dá às comissões a atribuição de impedir qualquer forma de discriminação, inclusive por motivos de atuação sindical. “O patrão poderá construir uma comissão com os seus protegidos. Assim que houver uma greve construída pelo sindicato, a comissão poderá alegar que a greve é ilegal, dizendo que ‘uma parte da categoria está contra a greve e é representada por esta comissão’. E mais: podem afirmar que os atos de greve, como piquete, são formas de discriminação sindical”.

A terceirização, além de rebaixar diretamente os direitos trabalhistas, também terá efeitos profundos sobre os sindicatos. “A terceirização, neste aspecto, é uma arma para expulsar do acordo coletivo e da base de representação sindical uma série de trabalhadores”, diz Barison. “O que acontece: o trabalhador que estava no mesmo local de trabalho, participando da mesma categoria, será expulso desta categoria. O empregador dele passa a ser outro, de uma empresa prestadora de serviços, e ele passa a ser representado por outro sindicato. Então a reforma fraciona as bases de representação. E como, por lei, obrigatoriamente há apenas um sindicato por categoria, quando você expulsa o trabalhador da base de representação de um sindicato forte, este trabalhador não pode livremente se associar ao sindicato preponderante e se valer do acordo coletivo. Não: ele vai ser obrigatoriamente representado por outro sindicato. Então surgem sindicatos de empresas terceirizadas que são a favor da terceirização, porque estão defendendo o seu peixe. E aí você está dividindo a classe trabalhadora”, descreve. Na opinião de Barison, a terceirização é uma derrota estratégica porque tornará menos significativos os sindicatos mais ativos. “Para combater a terceirização, só com liberdade sindical, para que o setor mais forte da classe trabalhadora possa arrastar os demais”.

Ele aponta que há diversos pontos da reforma que oferecem aos sindicatos a posição de avalizadores de acordos prejudiciais aos empregados. Um destes pontos é a prevalência dos acordos coletivos sobre as leis em pelo menos 15 pontos, como banco de horas, jornada de trabalho (podendo ser estendida para até 12 horas em alguns casos), enquadramento de grau de insalubridade e outros. “Com a mudança legal, todos os padrões vieram para a mesa de negociação com a postura de reduzir direitos, porque a lei os reduziu. Isto é uma forma de ataque aos sindicatos. A situação de crise econômica, somada a essa mudança legal e flexibilizadora, colocou os padrões em uma ofensi-

va contra os trabalhadores. As negociações têm sido para reduzir direitos, e as lutas dos trabalhadores tendem a ser para manter o que tinham”, diz o advogado.

“Com um evidente ataque aos meios de financiamento da atividade sindical e, por outro lado, com a expansão das hipóteses de negociação, inclusive em matérias que constitucionalmente não são passíveis de negociação coletiva, tudo o que a reforma consegue é enfraquecer a atividade sindical negocial”

Avaliação semelhante tem Guilherme Guimarães Feliciano, juiz da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté e presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), além de professor da Faculdade de Direito da USP. Ele se contrapõe à prevalência do negociado sobre o legislado, defendida pelos proponentes da reforma com a alegação de que seria preciso “emancipar” os sindicatos. “Com um evidente ataque aos meios de financiamento da atividade sindical por um lado e, por outro lado, com a expansão das hipóteses de negociação, inclusive em matérias que constitucionalmente não são passíveis de negociação coletiva, como o enquadramento de grau de insalubridade, tudo o que a reforma consegue é exatamente enfraquecer a atividade sindical negocial, e não fortalecê-la. É neste contexto que se pretendeu, então, enfraquecer a Justiça do Trabalho e limitar o papel de intervenção dos magistrados trabalhistas”, sustenta Feliciano.

“Não há dúvidas de que a lei da reforma pretendeu enfraquecer a Justiça do Trabalho”, reitera Feliciano, citando o parágrafo 3º do artigo 8º da CLT, que agora passa a determinar, quanto aos acordos e convenções coletivas de trabalho, que a Justiça do Trabalho seja regida por um princípio de intervenção mínima. “Este princípio é uma clara tentativa legal de diminuir o papel do juiz do tra-

balho na correção de cláusulas de acordos coletivos que muitas vezes violam a ordem pública e social ou os próprios limites constitucionais do que pode e não pode ser negociado”, esclarece.

O advogado e sindicalista Barison concorda com o magistrado. “O direito do trabalho é uma intervenção do Estado, não na vida dos trabalhadores, mas na esfera de autonomia dos patrões. Dadas as fragilidades do movimento operário e do movimento sindical, o sindicalismo atrelado ao Estado, a falta de liberdade sindical, a representação automática do trabalhador pelo sindicato... O trabalhador não tem como se defender, o sindicato pode vender a categoria e negociar abaixo da lei, e os patrões utilizam este mecanismo. O que acontece? Você enfraquece a intervenção estatal na esfera de autonomia patronal”.

Os magistrados trabalhistas, todavia, não enfrentam apenas a limitação de sua capacidade de intervenção, mas também uma ofensiva midiática e institucional. Destacam-se, por exemplo, as declarações de Rodrigo Maia e do próprio ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra Filho, então presidente dessa corte, sobre um hipotético fim da Justiça do Trabalho caso a reforma trabalhista não fosse aplicada pelos juízes da instituição.

“Os ataques devem-se basicamente ao fato de que os juízes do trabalho, à maneira de todos os juízes do país, para aplicar a lei 13.467 de 2017, vão fazê-lo de acordo com a Constituição e os tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil faz parte. Repito que não é uma ‘decisão’ dos juízes do trabalho, mas um dever de toda a magistratura laboral, assim como as demais magistraturas, na medida de que todo juiz, quando investido nas suas funções, faz um juramento solene de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis. Ou seja, [fazer cumprir] as leis conforme as leis; não a Constituição conforme as leis”, argumenta Feliciano.

“Nesta toada, juízes do trabalho têm apontado inconstitucionalidades que estão presentes na reforma. Evidentemente, os próceres desta reforma trabalhista não vêem isto com bons olhos. A reação tem sido, ultimamente, afirmar que se a reforma trabalhista não for aplicada em sua literalidade, a própria existência da Justiça do Trabalho estaria ameaçada. O que nada mais é do que uma assustadora e patética chantagem institucional”, define.

Feliciano também avalia que, ao contrário do prometido pelos defensores da reforma, a nova lei aumentou a



Juiz Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra

insegurança e a confusão jurídica: “Basta ver que temos no STF mais de 20 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) ajuizadas a partir da lei 13.467. Provavelmente é um recorde, se considerarmos que todas estas ADINs referem-se a uma única lei. Isto mais se agravou com a edição da Medida Provisória 808 de 2017, que de fato conseguia corrigir algumas inconstitucionalidades, mas acabou caducando por falta de ação política para fazê-la convertida em lei. Então quando ela caduca, passamos a ter maior confusão e maior insegurança, na medida em que temos agora que examinar como serão regidas as relações de trabalho durante a vigência desta MP que perdeu a eficácia”, descreveu o juiz.

No entanto, apesar das ameaças e da confusão jurídica, os juízes do trabalho já iniciaram uma reação contra a reforma. Feliciano explica que durante o XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, realizado em maio em Belo Horizonte, foram debatidas e votadas teses que agora vinculam oficialmente a Anamatra. “Entre as várias teses aprovadas, posso referir duas muito importantes. Uma delas é de que o juiz do trabalho não pode ser instado a interpretar a reforma apenas literalmente. Outra tese que ali se deliberou foi a de que, diante da caducidade da MP 808, a conclusão mais lógica é de que a reforma trabalhista, na falta desta medida provisória, não se aplicará aos contratos antigos celebrados antes de novembro de 2017. São questões polêmicas que chegaram às bases da Justiça do Trabalho e serão, ali, finalmente pacificadas”.

CLIPPING DIGITAL

[Justiça mantém rejeição de denúncia contra reitor por injúria a Érika Marena](#)

[Santa Catarina Moda e Cultura \(SCMC\) promove palestras gratuitas com representantes do Instituto Rio Moda](#)

[Usina Hidrelétrica Machadinho realiza soltura de peixes](#)

[Novembrada, um símbolo de resistência civil e democrática](#)

[Maratona Cultural de Florianópolis reúne mais de 100 atrações neste final de semana](#)

[Duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira, em Florianópolis, recomeça em 2019](#)

[Empresas de SC no Oscar das startups](#)

[Florianópolis amplia alfabetização de jovens e adultos](#)

[Duas boas](#)

[Força-tarefa vai fiscalizar bares da Lagoa da Conceição a partir da semana que vem](#)

[Prefeitura de Florianópolis aumenta para 24 as localidades da EJA](#)

[IFSC completa oito anos de atividades em Gaspar](#)

[Secretaria Municipal de Saúde recebe médico para atender no ESF CENTRAL](#)

[“Escola sem partido” criticada na absolvição do reitor da UFSC, por Marcelo Auler](#)

[Justiça mantém rejeição de denúncia contra reitor da UFSC](#)

[VÍDEO: Ciclovias do centro da Ilha estão conservadas, mas falta consciência de motoristas e pedestres](#)

[Por que estudar Engenharia da Mobilidade?](#)

[A Aya Tech vende repelentes e fungicidas para serem aplicados em tecidos e objetos](#)

[Engenheiro Eletricista: garantia de energia segura](#)

Nêumanne define Toffoli: "advogadinho do PT", "babaca" (o mal maior será a soltura do grande canalha)